

Centro de
Inovação para a
Educação
Brasileira - CIEB

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas Explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos Conselheiros do
Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2019

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP2SP023222/O-4

Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo		2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	773.171	683.672	Impostos e contribuições a recolher	8	86.999	54.803
Recursos vinculados a projetos	5.b	78.361	-	Salários e encargos a pagar	9	377.243	214.171
Fundo contingencial	6	647.312	196.907	Outras contas a pagar		14.746	8.430
Contas a receber de projetos	13.ii	287.366	-	Gastos a incorrer em projetos	13.ii	74.972	-
Impostos a recuperar		101	-			<u>553.960</u>	<u>277.404</u>
Outros ativos		33.277	30.752				
Despesas antecipadas		10.186	-				
		<u>1.829.774</u>	<u>911.331</u>	Patrimônio líquido			
Não circulante				Patrimônio social	11.a	525.822	1.216.198
Outros ativos		64.000	-	Reserva estatutária	11.b	625.932	180.417
Imobilizado	7	116.386	72.312	Superavit (deficit) acumulado		304.446	(690.376)
		<u>180.386</u>	<u>72.312</u>			<u>1.456.200</u>	<u>706.239</u>
Total do ativo		<u><u>2.010.160</u></u>	<u><u>983.643</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>2.010.160</u></u>	<u><u>983.643</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais			
Contribuições dos associados	12	3.128.250	2.653.795
Receita com projetos restritos	13.ii	1.692.277	-
Trabalho voluntário	4j	541.713	586.856
Outras receitas operacionais		<u>34.667</u>	<u>-</u>
		<u>5.396.907</u>	<u>3.240.651</u>
Despesas operacionais			
Despesas com projetos			
Despesas com pessoal	14	(2.048.064)	(1.378.581)
Outras despesas com projetos	15	(1.335.675)	(1.221.467)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal	16	(286.106)	(212.447)
Despesas gerais administrativas	17	(482.771)	(510.124)
Impostos e taxas	18	(26.097)	(117.289)
Trabalho voluntário	4j	<u>(541.713)</u>	<u>(586.856)</u>
		<u>(4.720.426)</u>	<u>(4.026.764)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>676.481</u>	<u>(786.113)</u>
Receitas financeiras	19	80.233	99.674
Despesas financeiras	19	<u>(6.753)</u>	<u>(3.937)</u>
Receitas financeiras, líquidas		<u>73.480</u>	<u>95.737</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u><u>749.961</u></u>	<u><u>(690.376)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Superávit (déficit) do exercício	749.961	(690.376)
Resultado abrangente total	<u>749.961</u>	<u>(690.376)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio Social	Reserva estatutária	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		-	-	1.396.615	1.396.615
Constituição de reserva estatutária		-	180.417	(180.417)	-
Transferência para o patrimônio social		1.216.198	-	(1.216.198)	-
Déficit do exercício		-	-	(690.376)	(690.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.216.198	180.417	(690.376)	706.239
Transferência para o patrimônio social		(690.376)	-	690.376	-
Constituição de reserva estatutária	11.b	-	445.515	(445.515)	-
Superávit do exercício		-	-	749.961	749.961
Saldos em 31 de dezembro de 2018		525.822	625.932	304.446	1.456.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2.018	2.017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	749.961	(690.376)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	<u>16.416</u>	<u>10.827</u>
	766.377	(679.549)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos		
Recursos vinculados a projetos	(78.361)	-
Impostos a recuperar	(101)	-
Contas a receber de projetos	(287.366)	-
Despesas do exercício seguinte	(10.186)	-
Outro créditos	(66.525)	(27.923)
Aumento/(redução) nos passivos		
Impostos e contribuições	32.196	4.474
Salários e encargos a pagar	163.072	13.862
Outras contas a pagar	6.316	430
Gastos a incorrer em projetos	<u>74.972</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>600.394</u>	<u>(688.706)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação em fundo contingencial	(450.405)	(196.907)
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(60.490)</u>	<u>(11.139)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	<u>(510.895)</u>	<u>(208.046)</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>89.499</u>	<u>(896.752)</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	683.672	1.580.424
No fim do exercício	<u>773.171</u>	<u>683.672</u>
	<u>89.499</u>	<u>(896.752)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira - CIEB (“Entidade” ou “CIEB”) é uma Entidade sem fins lucrativos ou econômicos e que tem como objeto social apoiar pessoas naturais e jurídicas, instituições, governo, Entidades e/ou entidades que desenvolvam atividades, programas, planos e/ou projetos tecnológicos e de inovação que busquem, com foco no ensino público, contribuir para o desenvolvimento da educação no Brasil, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem.

Apesar da Ata de Assembleia Geral de Constituição do CIEB ser datada de 20 de outubro de 2015, suas atividades se iniciaram apenas em 14 de março de 2016 com a locação do escritório e contratação da equipe inicial.

A Entidade poderá, para a consecução de seu objeto social, utilizar-se de quaisquer meios e atividades permitidos por lei, especialmente:

- a. apoiar, promover, fomentar e/ou implantar iniciativas voltadas a estimular um ecossistema gerador de inovações efetivas para que cada estudante alcance seu pleno potencial de aprendizagem;
- b. celebrar parcerias, contratos e convênios com entes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para a materialização de seu objeto social;
- c. promover, apoiar e desenvolver, em seus vários desdobramentos, as manifestações intelectuais, culturais, artísticas e/ou educacionais, por meio de treinamento técnico, de publicação ou de edição, própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística e de vídeos ou quaisquer outros meios de mídia, divulgação ou comunicação que ajudem a propagar o objeto social;
- d. patrocinar e/ou incentivar realizações de natureza cultural, educacional, técnica ou econômica, tais como palestras, cursos, seminários, congressos, exposições, feiras, amostras e promoções, voltadas para os seus objetos e finalidades;
- e. participar como sócia, acionista, titular de debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou outros valores mobiliários, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, em sociedades, consórcios ou empreendimentos que tenham objetivos e propósitos semelhantes ou complementares aos da Entidade, ou que possam contribuir para a consecução do objeto social da Entidade; e
- f. praticar quaisquer outros atos e atividades lícitas para a consecução do objeto social, mesmo que não estejam previstos neste Estatuto, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Entidade em 23 de abril de 2019.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Entidade no qual o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A informação sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4d - vida útil do ativo imobilizado; e
- Nota 10 - provisão para contingências

2.4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Entidade aplicou inicialmente o CPC 48/IFRS 9 - instrumentos financeiros e o CPC47 / IFRS15 - receita de contrato com cliente a partir de 1º de janeiro de 2018.

O efeito da aplicação inicial dessas normas esta detalhado conforme a seguir:

a. CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 - Receitas, O CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços. Determinar o momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento de suas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos serviços.

As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados líquida de devoluções e descontos comerciais e quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos serviços prestados forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

b. CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A norma classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma eliminou as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Entidade não designou ou pretende designar passivos financeiros como valor justo por meio do resultado (VJR), sendo assim, não houve qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48.

Abaixo são demonstrados a classificação dos ativos e passivos financeiros anteriormente e como ficou a classificação a partir da data da adoção em 1º de janeiro de 2018:

Ativo financeiro	Classificação anterior	Classificação CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Recursos vinculados a projetos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Fundo contingencial	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de projetos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivo financeiro		
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 não gerou impactos nas demonstrações financeiras.

4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo aplicação das novas normas contábeis descritos na nota explicativa 3.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações dos projetos.

c. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento..

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de resultados (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro 2018

A Entidade classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018.

- ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado.
- Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(iii) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

(v) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

d. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulado, quando necessário.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável

(i) **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

f. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do período será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

i. Receita operacional

(i) Contribuições ordinárias

A receita de contribuição e doação no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, de maneira que o valor da receita de contribuição e doação possa ser mensurada de maneira confiável.

(ii) Receita com projetos restritos

Os valores recebidos e empregados para projetos restritos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados e o crédito de obrigações com projetos no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos restritos e as despesas correspondentes são reconhecidas, nesse mesmo momento ocorre o reconhecimento de receita em igual valor em contrapartida ao débito do passivo de obrigações com projetos.

j. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. A partir de 2018 a Entidade adota como referência, para fins de determinação do valor justo, a pesquisa de remuneração de administradores do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, por entender que os membros dos órgãos de governança da Entidade são equiparados as demais entidades incluídas nesta pesquisa.

Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade registrou o montante de R\$ 541.713 (R\$ 586.856 em 2017) referente a trabalhos voluntários. Para fins de comparabilidade a Administração decidiu recalcular o valor de trabalhos voluntários do período de 2017.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

l. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) // IFRS 16 - Arrendamentos

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Entidade reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais dos imóveis onde é a sede da escola. A Entidade reconhecia anteriormente uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Entidade estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de aproximadamente R\$ 450.000 em 1º de janeiro de 2019.

5 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

a. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	733	1.371
Bancos conta movimento	2.499	585.023
Aplicações financeiras (*)	<u>769.939</u>	<u>97.278</u>
	<u>773.171</u>	<u>683.672</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor.

b. Recursos vinculados a projetos

	2018	2017
Aplicações financeiras (*)	<u>78.361</u>	<u>-</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas, que em 2018 variam de 0,40% a 0,48 % ao mês.

6 Fundo contingencial

Refere-se a fundo contingencial previsto nos termos do Estatuto Social, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Entidade, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Entidade poderá utilizar os recursos do Fundo contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

	2018	2017
Aplicações financeiras (*)	<u>647.312</u>	<u>196.907</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas, que em 2018 variam de 0,40% a 0,48% ao mês (em 2017 0,47% a 1,02% ao mês).

7 Imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2016	Adições	2017	Adições	2018
Móveis e Utensílios	51.584	-	51.584	32.420	84.004
Microcomputadores e periféricos	<u>25.949</u>	<u>11.139</u>	<u>37.088</u>	<u>28.070</u>	<u>65.158</u>
Total do custo	<u>77.533</u>	<u>11.139</u>	<u>88.672</u>	<u>60.490</u>	<u>149.162</u>
Móveis e Utensílios	(2.380)	(5.158)	(7.538)	(5.158)	(12.696)
Microcomputadores e periféricos	<u>(3.153)</u>	<u>(5.669)</u>	<u>(8.822)</u>	<u>(11.258)</u>	<u>(20.080)</u>
Total da depreciação	<u>(5.533)</u>	<u>(10.827)</u>	<u>(16.360)</u>	<u>(16.416)</u>	<u>(32.776)</u>
Total do imobilizado	<u><u>72.000</u></u>	<u><u>312</u></u>	<u><u>72.312</u></u>	<u><u>44.074</u></u>	<u><u>116.386</u></u>

8 Impostos e contribuições

	2018	2017
IRRF a recolher	73.280	47.779
PIS a recolher	3.912	2.020
ISS fonte a recolher	600	785
ISS a recolher	1.280	403
COFINS a recolher	345	84
Outros impostos a recolher	7.459	3.732
INSS retido na fonte	123	-
	<u>86.999</u>	<u>54.803</u>

9 Salários e encargos a pagar

	2018	2017
Férias e encargos sociais	201.773	111.557
INSS a recolher	55.556	47.855
INSS a recolher terceiros	5.400	-
Salários a pagar	92.446	43.266
FGTS a recolher	19.291	9.526
Bolsa auxílio estagiários	2.777	1.967
	<u>377.243</u>	<u>214.171</u>

10 Provisão para contingências

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico externo, não há qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedidos contra a Entidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017 que devessem ser provisionados e/ou divulgados.

11 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio da Entidade é constituído de bens móveis (tangíveis ou intangíveis), imóveis, direitos (inclusive direitos de propriedade intelectual) e recursos financeiros adquiridos ou recebidos sob a forma de contribuição, doação, legado, subvenção, auxílio, rendimentos, dividendos, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento de suas finalidades sociais.

No caso de dissolução da Entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra, ou outras pessoas jurídicas preferencialmente sem fins econômicos e preferencialmente que tenham o mesmo objeto social (ou objeto similar ou complementar) da Entidade, que serão determinadas pela Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

b. Reserva estatutária

Foi aprovado em 13 de dezembro 2018, pela Assembleia Geral Extraordinária, a elevação do Fundo Contingencial de acordo com os termos do Estatuto Social, de até 5% em 2017 para até 10% a partir de 2018 do valor da contribuição dos Associados, objetivando preservar recursos para a permanente manutenção da Entidade, de seu patrimônio e para consecução do objeto social.

A Entidade poderá utilizar os recursos do Fundo Contingencial para arcar com as despesas administrativas necessárias à manutenção de suas atividades e para materializar seu objeto social, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A Entidade destinou do superávit do exercício de 2018 para reserva estatutária, o montante R\$ 312.825, equivalente a 10% das contribuições dos associados.

c. Quadro de associados

A Entidade conta com os seguintes Associados:

- **Mantenedores:** Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Instituto Lemann, Instituto Península e Fundação Itaú Social.
- **Contribuintes:** Fundação Roberto Marinho.

Ao longo de 2018 o Instituto Sonho Grande e a Fundação Roberto Marinho decidiram não continuarem como mantenedores e não fazem mais parte do quadro associativo em 2019.

d. Remuneração da administração

Os membros do Conselho de Administração não farão jus a qualquer remuneração, mas poderão receber o reembolso das despesas gastas para comparecimento nas reuniões do Conselho e Assembleias Gerais, desde que devidamente comprovadas.

Durante o exercício de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi no montante de R\$ 445.117 (R\$ 402.761 em 2017).

12 Contribuição dos associados

	2018	2017
Instituto Sonho Grande	582.000	500.000
Instituto Península	582.000	500.000
Instituto Lemann	582.000	500.000
Instituto Natura	582.000	500.000
Fundação Itaú Social	582.000	500.000
Fundação Roberto Marinho	218.250	153.795
	<u>3.128.250</u>	<u>2.653.795</u>

13 Despesas e receitas com projetos

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) apoia a inovação educacional por meio das novas tecnologias, que podem impulsionar uma transformação sistêmica e promover maior equidade, qualidade e contemporaneidade na educação pública brasileira.

Para isso, identifica e conecta atores qualificados, promovendo o pensamento crítico e a interação, em ambientes favoráveis ao surgimento de novas ideias e ações. Também atua no apoio ao poder público, gestores educacionais e docentes na compreensão de que as tecnologias educacionais se tornam mais eficazes quanto mais estiverem em equilíbrio os elementos: visão, competências, recursos digitais e infraestrutura.

(i) Despesas por projetos da Entidade

Durante o exercício de 2018 e 2017, a atuação da Entidade se deu por meio dos seguintes projetos:

	2018	2017
Projetos restritos		
6AP. BNDES Chamada Pública (a)	(1.120.531)	-
6AP. Seleção e Aquisição de Tec. Educac. (b)	(571.746)	-
Projetos sem restrições		
6AP. Apoio ao Programa Educação Conectada (c)	(517.731)	(595.621)
6AP. Mobilização e apoio Técnico a Inst. Pública (e)	(395.062)	(166.153)
6AP. Geração de Conhecimento e Subs. P ec (d)	(103.616)	(42.412)
7AA. Diretrizes Curriculares (f)	(165.270)	-
7AA. Guia EduTec (j)	(101.017)	(377.731)
7AA. EFEX Blumenau (g)	(20.711)	(384.210)
7AA. EFEX Maceio (h)	(32.139)	(322.417)
7AA. Espaços de Formação de Professores (i)	(29.283)	(138.833)
7AA. Santa Catarina	-	(155.141)
8PI. Rede IEB (l)	(175.178)	(143.665)
8PI. Plataforma (k)	(119.225)	(223.179)
8PI. Reuniões Conecte-C (m)	(32.231)	(50.686)
	(3.383.739)	(2.600.048)
Despesas com pessoal (nota 14)	(2.048.064)	(1.378.581)
Outras despesas com projetos (nota 15)	(1.335.675)	(1.221.467)

(ii) Projetos restritos

A seguir são descritas as características de cada projeto restrito da Entidade. Os projetos restritos referem-se àqueles que a Entidade recebeu contribuição de seus associados para ser aplicado especificamente no projeto.

a. 6AP. BNDES Chamada Pública

Foi firmado, em 2018, um acordo de cooperação técnica, sem nenhuma transferência de recursos financeiros, entre o CIEB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o propósito de fomentar a implementação do Programa de Inovação Educação Conectada do Ministério da Educação (MEC) em um grupo de escolas urbanas de ensino básico do país. O CIEB atuou no desenho, no diagnóstico e na assessoria técnica referentes à elaboração dos planos de inovação educacional de seis territórios selecionados por chamada pública. Como cada território se compõe por uma rede estadual e mais uma ou duas redes municipais, o projeto envolveu 17 redes públicas de ensino (6 estaduais e 11 municipais). Durante todo o ano, a equipe do CIEB prestou assessoria presencial e à distância, tendo realizado visitas técnicas a todos os territórios e 360 ações de suporte remoto.

Este projeto está sendo executado com convênio estabelecido com o Instituto Lemann no montante de R\$ 1.666.330 recebido em duas parcelas de R\$ 833.165, sendo a primeira em 30 de agosto de 2018 e a segunda em 08 de fevereiro de 2019. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade já havia empenhado o montante de R\$ 1.120.531, ou seja, R\$ 287.366 a mais do que havia recebido do associado até a mesma data. Assim, em 31 de dezembro de 2018, a Entidade registrou este montante de R\$ 287.366 como saldo a receber nas demonstrações financeiras, o qual foi recebido na segunda parcela do convênio.

b. 6AP. Seleção e Aquisição de Tec. Educac.

O Projeto Seleção e Aquisição de Tecnologia Educacional foi idealizado com o objetivo de apoiar gestores de redes públicas de ensino na contratação ágil e segura de softwares e recursos educacionais digitais. Desenvolvido em 2018, o projeto desenvolveu um conjunto de referências e ferramentas que auxiliam todo o processo de identificação, seleção e aquisição de recursos educacionais por redes públicas. Também foi criada uma proposta de classificação e especificação de tecnologias educacionais em grupos, que foi discutida e validada com diferentes atores do ecossistema, como especialistas, empreendedores, educadores e gestores públicos.

Este projeto está sendo executado com convênio estabelecido com o Instituto Lemann no montante de R\$ 646.718 recebido em 16 de março de 2018. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Entidade já havia empenhado o montante de R\$ 571.746, gerando um saldo em 31 de dezembro de 2018 a incorrer de R\$ 74.972.

A seguir demonstramos a movimentação dos projetos restritos:

	Saldo 31.12.2017	Valores recebidos	Consumo	Saldo 31.12.2018
6AP. BNDES Chamada Pública	-	833.165	(1.120.531)	(287.366)
6AP. Seleção e Aquisição de Tec. Educac.	-	646.718	(571.746)	74.972
	-	1.479.883	(1.692.277)	(212.394)

(iii) Projetos sem restrições

A seguir são descritas as características de cada projeto sem restrições da Entidade. Os projetos sem restrições referem-se àqueles executados com as contribuições recebidas de seus associados para manutenção das operações da Entidade.

a. 6AP. Apoio ao Programa Educação Conectada

Em função de sua efetiva colaboração com as políticas públicas de educação no país, o CIEB desenvolveu uma sólida parceria com o Ministério da Educação (MEC). Em 2018, o CIEB passou a integrar o Comitê Consultivo do Educação Conectada, programa federal que ajudou a desenhar e a implantar, tendo sido responsável pela formação dos articuladores locais dos planos de inovação nos estados e municípios, e atuando como apoio técnico na chamada pública do BNDES para implantação do Educação Conectada.

b. 6AP. Geração de Conhecimento e Subsídio P ec

Com o intuito de gerar subsídios para o diálogo entre os atores do ecossistema de inovação em educação, o CIEB produz Estudos e Notas Técnicas elaborados por pesquisadores independentes ou pela equipe técnica da instituição. Todas as publicações estão disponíveis online no site do CIEB.

c. 6AP. Mobilização e apoio Técnico a Inst. Pública

Em parceria com o MEC, o CIEB apoia o Prêmio Professores do Brasil, promovendo a categoria especial Uso de Tecnologia Educacional, que premia projetos nos níveis de ensino fundamental e médio. Também em 2018, o MEC adotou a metodologia do Guia Edutec, criado pelo CIEB, para desenvolver ferramentas de diagnóstico e de planejamento das escolas públicas, disponíveis no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec).

d. 7AA. Diretrizes Curriculares

O Currículo de Referência em Tecnologia e Computação foi desenvolvido com o intuito de apoiar redes de ensino e escolas a incluir os temas tecnologia e computação em suas propostas curriculares. Lançado em outubro de 2018, o Currículo de Referência está disponível on-line, para acesso livre e gratuito, trazendo sugestões de temas a serem abordados nos programas curriculares, propostas de atividades didáticas práticas e referências para aprofundamento de estudos. Os conteúdos, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estão organizados por ano escolar, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II.

Alinhado às competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Itinerário Formativo Cultura Digital está disponível para acesso on-line e gratuito. É um instrumento que apoia as redes de ensino a incorporar, em suas propostas curriculares, o trabalho discente com tecnologias digitais de forma crítica e ética, instigando a reflexão sobre suas funcionalidades e sua relação com a sociedade. Estimado para ser aplicado em 400 horas, o Itinerário Formativo está organizado em módulos: básico, intermediário e avançado. Cada módulo é composto por até quatro unidades curriculares, trazendo sugestões de conteúdos como oficinas de produção de audiovisual, modelagem 3D, entre muitas outras temáticas relacionadas a tecnologias inovadoras. Resultado de uma parceria com o Ministério da Educação, o Itinerário faz parte do Guia de Implementação, disponível no Portal do Novo Ensino Médio.

e. 7AA. EFEX Blumenau

O Efec Blumenau foi implantado em 2017 em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. É um espaço de formação e experimentação em tecnologias para professores da rede pública.

f. 7AA. EFEX Maceió

O Efec Maceió foi implantado em 2017 em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Alagoas. É um espaço de formação e experimentação em tecnologias para professores da rede pública.

g. 7AA. Espaços de Formação de Professores

O Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores (EfeX) é um conceito de ambiente de aprendizagem focado na formação de docentes. As formações nesse espaço são voltadas à experimentação e ao uso de tecnologias nas práticas pedagógicas, com o intuito de promover o desenvolvimento profissional dos professores. O espaço favorece formações apoiadas por ferramentas, recursos digitais e metodologias inovadoras. Foram elaboradas diretrizes para uso nas formações realizadas no EfeX ou em formações independentes, com o objetivo de instigar reflexões sobre o uso de tecnologia em práticas docentes. Estão disponíveis, on-line, com acesso gratuito, dez temáticas para estruturar formações inovadoras, associando momentos de experimentação, teóricos e práticos.

h. 7AA. Guia EduTec

O Guia Edutec apoia gestores públicos na formulação de Planos de Inovação e Tecnologia. Plataforma on-line, com acesso gratuito, é uma ferramenta que permite o diagnóstico do uso de tecnologia nas escolas e nas redes de ensino. O Guia Edutec também dá apoio ao desenvolvimento de um plano de ação para a inovação educacional.

i. 8PI. Plataforma

Ferramenta on-line para facilitar a busca de tecnologias educacionais por gestores públicos, a Plataforma Edutec aproxima as demandas das escolas da oferta das empresas de tecnologia educacional (edtechs). O sistema permite pesquisa por nome de empresa, tipo de tecnologia, entre outros filtros. O cadastramento dos produtos e serviços, assim como o acesso ao banco de produtos, é gratuito.

j. 8PI. Rede IEB

Ambiente on-line, com acesso gratuito, a Rede IEB mapeia e conecta centros de pesquisa e especialistas comprometidos em promover a inovação na educação pública. A rede produz e compartilha conhecimentos acadêmicos de utilidade para o desenvolvimento de políticas públicas, apoiando gestores da área de educação nas tomadas de decisões. Em 2018 foi desenvolvida a Plataforma de Evidências, disponibiliza evidências sobre o uso de tecnologia educacional que podem ajudar as redes de ensino a desenhar políticas públicas e estratégias de inovação. As evidências são obtidas de pesquisas sobre o uso de tecnologia em educação, por meio revisões sistemáticas de literatura, com os resultados apresentados de forma prática, útil e direta, em linguagem de fácil compreensão por gestores públicos e educadores. O conteúdo está disponível em um ambiente on-line, com acesso livre e gratuito.

k. 8PI. Reuniões Conecte-C

O CIEB promove encontros presenciais para estimular o diálogo e a interação entre diferentes atores do ecossistema de inovação na educação. Em 2018, foram realizados dois Conecte-C, totalizando uma série de 16 encontros, desde o início da série, em 2016. A participação é gratuita, para convidados inscritos.

14 Despesas com pessoal - projetos

	2018	2017
Salários	(1.121.722)	(776.709)
INSS	(358.733)	(245.835)
Férias	(137.198)	(95.070)
FGTS	(110.423)	(84.613)
13º salário	(101.308)	(71.690)
Benefícios	(173.133)	(64.008)
Estagiários	(23.580)	(29.820)
PIS sobre folha	(13.557)	(9.261)
Aviso prévio e indenizações	(8.000)	(1.575)
Contribuição Social	(330)	-
Outras despesas com pessoal	(80)	-
	(2.048.064)	(1.378.581)

15 Outras despesas com projetos

	2018	2017
Serviços prestados - pessoa física e jurídica	(871.277)	(344.223)
Viagens e estadias	(270.436)	(149.063)
Doações (Efex)	(16.991)	(502.531)
Eventos	(94.712)	(196.790)
Benefícios	(13.210)	(16.010)
INSS sobre serviço de terceiros	(27.800)	(1.033)
Outros	(41.249)	(11.817)
	<u>(1.335.675)</u>	<u>(1.221.467)</u>

16 Despesas com pessoal - administrativo

	2018	2017
Salários	(157.634)	(102.006)
INSS	(50.675)	(32.941)
Férias	(19.845)	(12.954)
FGTS	(15.340)	(9.944)
Benefícios	(26.369)	(44.010)
13 Salário	(14.270)	(9.345)
Outros	(1.973)	(1.247)
	<u>(286.106)</u>	<u>(212.447)</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Aluguel	(130.152)	(100.304)
Serviços prestados - pessoa física e jurídica	(148.768)	(214.003)
Viagens e estadias	(23.554)	(36.601)
Condomínio	(13.213)	(25.862)
Material de escritório	(22.955)	(18.926)
Conservação e manutenção	(37.556)	(2.045)
Internet	(14.000)	(2.920)
Manutenção de Software	(668)	(16.320)
Seguros gerais	(524)	(36.826)
Outros	(91.381)	(56.317)
	<u>(482.771)</u>	<u>(510.124)</u>

18 Impostos e taxas

	2018	2017
ITCMD - Imposto Transmissão Causa Mortis (a) Doação	(11.640)	(106.152)
COFINS	(3.928)	(5.110)
IPTU	(9.106)	(5.766)
Outros Impostos e taxas	<u>(1.423)</u>	<u>(261)</u>
	<u>(26.097)</u>	<u>(117.289)</u>

- (a) Em fevereiro de 2018 a Administração obteve a declaração de isenção de ITCMD, como entidade promotora de direitos humanos, emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo, com validade entre 23 de fevereiro de 2018 a 22 de fevereiro de 2019.

19 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas Financeira		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	79.148	99.195
Descontos Obtidos	452	389
Juros Ativos	91	-
Variação Cambial Ativa	<u>542</u>	<u>90</u>
Total das receitas financeira	<u>80.233</u>	<u>99.674</u>
Despesas Financeira		
Juros Passivos	(1.443)	(2.279)
IOF	(4.673)	(1.440)
Variação Cambial Passiva	<u>(637)</u>	<u>(218)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(6.753)</u>	<u>(3.937)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>73.480</u>	<u>95.737</u>

20 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2018 e 2017:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ITCMD - Imposto Transmissão Causa Mortis

21 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, sendo eles, outras contas a receber e outras contas a pagar estão classificados como empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros.

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	2018	2017	Classificação (*)
Ativos			
Caixa e bancos	3.232	586.394	Custo amortizado
Aplicações financeiras	769.939	97.278	Custo amortizado
Outras adiantamentos	<u>33.277</u>	<u>30.752</u>	Custo amortizado
Passivos			
Outras contas a pagar	<u>(14.746)</u>	<u>(8.430)</u>	Outros passivos financeiros
Total	<u>791.702</u>	<u>705.994</u>	

(*) Os instrumentos financeiros estão classificados conforme descritos na nota explicativa nº 3b.

21.2 Valor justo

Não existem diferenças entre valores de mercado e os valores registrados na contabilidade.

21.2.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

21.2.2 Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

21.3 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de cartão de crédito proveniente de doações.

21.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

21.5 Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

22 Avais, fianças e garantias

Durante o exercício 31 de janeiro de 2018, a Entidade não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

* * *

Lucia Gomes Vieira Dellagnelo
Diretora Presidente

Fernanda Natalino
Contadora CRC 1SP144709/O-3